

Governo mantém alíquota de 27,5%

J. França - 29/7/97

■ Orçamento de 2000 inclui verbas do IR e do FEF

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso deve enviar até amanhã ao Congresso Nacional um projeto de lei que mantém a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda (IR) para quem ganha acima de R\$ 1.800. Em vigor desde janeiro, essa alíquota deveria acabar em dezembro deste ano. O governo decidiu prorrogá-la, provavelmente por mais dois anos, porque a arrecadação prevista na proposta orçamentária para 2000 - a ser entregue também amanhã ao Congresso - inclui os recursos provenientes do IR tal como cobrado hoje.

Além da prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, o presidente Fernando Henrique enviará ao Congresso projeto de emenda constitucional propondo a manutenção do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), cujos recursos também foram somados à arrecadação prevista no Orçamento de 2000.

Retenção - Para facilitar a nova prorrogação do FEF pelos parlamentares, o governo não reterá mais os recursos de estados e municípios provenientes de tributos federais. Hoje, o FEF acaba ficando com cerca de R\$ 1,7 bilhão dos recursos que devem ser transferidos aos estados e municípios. Os governadores e prefeitos têm reagido a essa retenção.

O FEF permite que o governo gaste 20% das receitas federais como quiser, sem necessidade de seguir as vinculações previstas na Constituição. Esta é a terceira vez que o FEF, criado em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), será prorrogado.

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, passou a tarde de ontem reunido em seu gabinete com as-



Martus Tavares concluiu no fim de semana redação da proposta orçamentária para o ano 2000

ssores e técnicos da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) concluindo o projeto do Orçamento Geral da União que será encaminhado amanhã ao Congresso. O projeto deve ser apresentado hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Perdas e ganhos - A manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para as pessoas físicas deverá ser uma das fontes alternativas do governo para suprir uma possível perda de arrecadação com o eventual término da cobrança das alíquotas adicionais de contribuição previdenciária sobre a remuneração dos servidores públicos federais da União.

Em janeiro deste ano, o Congresso aprovou uma medida provisória que criou alíquotas de contribuição previdenciária para os servidores aposentados e pensionistas e instituiu alíquotas adicionais para os servidores da ativa e os inativos. A expectativa do governo era arrecadar cerca de R\$ 4 bilhões em 2000 com a contribuição dos servidores.

Os servidores públicos entraram na Justiça contra a cobrança do adicional. Os técnicos da área econômica já estão trabalhando com a hipótese de que a alíquota adicional seja considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Do total de R\$ 4 bilhões de ar-

recadação com a contribuição dos servidores da União, R\$ 1,7 bilhão vêm da cobrança da alíquota adicional.

Pacote - A alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para quem ganha acima de R\$ 1.800 foi aprovada no fim de 1997 e fez parte de um pacote de medidas do governo federal para tentar contornar a crise econômica desencadeada a partir da quebra nas bolsas asiáticas. Até então, a alíquota do Imposto de Renda para quem recebia mais de R\$ 1.800,00 era de 25%. Na ocasião, o governo propôs o adicional de 10% no Imposto de Renda por dois anos e que deveria terminar em dezembro deste ano.